

# Guia de Orientações para **Vítimas** de **Crimes**



HCFAMEMA

Coordenadoria de Auditoria do HCFAMEMA



O presente documento, em formato de cartilha, foi elaborado com o objetivo de orientar os profissionais que atuam nas unidades do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA sobre os procedimentos pertinentes à comunicação, registro e acompanhamento de ocorrências policiais.

Embora sejam orientações técnicas, buscou-se utilizar uma linguagem de fácil compreensão, abrangendo conceitos e procedimentos básicos que visam auxiliar tanto a vítima como os órgãos competentes na apuração da infração.

A principal função desta cartilha é oferecer diretrizes básicas que permitam aos profissionais vítimas de crimes acesso a informações fundamentais sobre possibilidades e alcances de atuação a partir da sua identificação como pessoa que vivencia um processo de vitimização.

Assim, o documento também valoriza o protagonismo das vítimas, o que implica a priorização de suas demandas em cada tomada de decisão, e isso justifica uma orientação detalhada que informe e sirva de suporte pragmático de consulta a qualquer tempo.

Este conjunto de informações localizadas e atualizadas pode de fato possibilitar à vítima o desempenho de sua autonomia para definir suas escolhas, favorecer seu engajamento com maior segurança, esclarecendo cada etapa e informando sobre os possíveis desdobramentos de cada ação.

Por fim, observa-se que as informações aqui tratadas se restringem ao aspecto de orientação quanto a situações que envolvam infrações penais, de modo que eventuais condutas funcionais irregulares que não configurem crime, devem ser tratadas diretamente com a chefia imediata do servidor.

**Elaboração:**

Coordenadoria de Auditoria do HCFAMEMA

**Arte e diagramação:**

Serviço de Comunicação do HCFAMEMA

**MARÍLIA 2025**

# Sumário

CONCEITOS BÁSICOS 04

LESÃO CORPORAL 07

AMEAÇA 08

PERSEGUIÇÃO 09

INJÚRIA RACIAL 10

DESACATO 11

FURTO 12

DANO 13

IMPORTUNAÇÃO SEXUAL 14

ASSÉDIO SEXUAL 15

ORIENTAÇÕES GERAIS 16





### ***PM - Polícia Militar***

Órgão integrante da Secretaria de Segurança Pública, com foco no policiamento ostensivo, preventivo e na preservação da ordem pública. Geralmente atua antes da ocorrência do crime, prevenindo que ele aconteça.

### ***PC - Polícia Civil***

Órgão integrante da Secretaria de Segurança Pública, responsável pela função de polícia judiciária e investigação criminal. Geralmente atua após a ocorrência do crime, apurando as suas causas, autores, coletando provas para um eventual processo penal.



### ***BOPM - Boletim de Ocorrência Policial Militar***

Documento elaborado pela Polícia Militar no local dos fatos de maneira eletrônica, que poderá ou não ser encaminhado à Polícia Civil para investigação do caso.



## ***BO – Boletim de Ocorrência***

Documento elaborado pela Polícia Civil que relata à autoridade policial (Delegado de Polícia) informações básicas acerca de uma infração penal cometida.



## ***CPJ - Central de Polícia Judiciária***

Unidade da Polícia Civil responsável por receber registros de ocorrência de natureza policial, com atendimento ininterrupto. Atualmente está situada na Rua Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, nº 49 – Bairro Alto Cafezal.

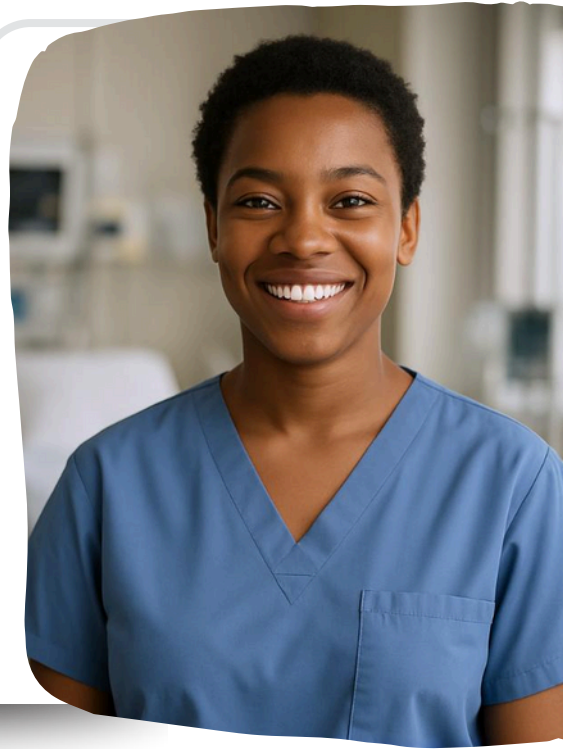
Exame de corpo de delito: É um procedimento pericial que analisa os vestígios deixados por um delito, seja no corpo humano, objeto ou local, para constatar formalmente a ocorrência do crime.

Exame de corpo de delito indireto: ocorre quando o exame direto dos vestígios do crime é impossível e o perito utiliza outros meios de prova, como a prova testemunhal ou documentos (prontuários médicos, laudos), para comprovar a materialidade do fato.



## ***Funcionário Público***

Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.



## ***Delegacia Eletrônica***

Unidade da Polícia Civil responsável por receber comunicações de alguns tipos de crimes pela internet.

Link: <https://www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br>



# Lesão Corporal

(Artigo 129 do Código Penal)

## **Conceito jurídico:**

Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.

É a hipótese na qual o autor causa lesões na vítima através de socos, chutes, arremesso de objetos, entre outras formas. O autor da agressão pode ser o paciente ou acompanhante.

## **O que fazer?**

- Acionar os vigilantes/seguranças do HCFAMEMA para conter o agressor e evitar novas agressões;
- Acionar a Polícia Militar (190);
- Identificar testemunhas que tenham presenciado a agressão, se houver;
- Realizar o registro de ocorrência via BOPM ou diretamente na CPJ;
- Registrar as agressões em prontuário médico.

## **E se o agressor fugir?**

- Identificar o autor através do prontuário médico;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado a agressão, se houver;
- Registrar as agressões em prontuário após o atendimento médico ou por outros meios (fotos, filmagens, etc);
- Realizar o registro da ocorrência na CPJ;
- Solicitar ao setor competente, através da chefia imediata, imagens do circuito de monitoramento que possam auxiliar na investigação.

## **Observações:**

- Atos agressivos que não deixam marcas no corpo da vítima como empurrões, puxões de cabelo ou tapas, são classificados, em regra, como a contravenção penal de vias de fato, infração penal de menor gravidade.

- A natureza da lesão (leve, grave ou gravíssima) será classificada pela autoridade policial no momento do registro da ocorrência.

- Não há a necessidade de realizar o Boletim de Ocorrência imediatamente após a agressão. Caso não consiga se deslocar imediatamente até a CPJ, registre as lesões através de fotos ou vídeos e solicite ao médico que registre as lesões em prontuário de acordo com a sua natureza (equimoses, escoriações, etc) para posterior exame de corpo de delito indireto.

**\* Este crime pode ser registrado pela delegacia eletrônica.**





**(Artigo 147 do Código Penal)**

### ***Conceito jurídico:***

Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.

Refere-se à ação de prometer causar mal injusto e grave a alguém, gerando temor e insegurança na vítima.

### ***O que fazer?***

- Acionar os vigilantes/seguranças do HCFAMEMA;
- Acionar a Polícia Militar (190) caso o autor esteja nas dependências do hospital;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado a ameaça, se houver;
- Realizar o registro de ocorrência via BOPM ou na CPJ.

### ***E se o autor fugir?***

- Identificar o autor através do prontuário médico;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado a ameaça, se houver;
- Registrar a ameaça em prontuário médico (paciente ou acompanhante);
- Registrar a ameaça através de áudio ou vídeo, se for possível;
- Realizar o registro da ocorrência na CPJ;
- Solicitar ao setor competente, através da chefia imediata, imagens do circuito de monitoramento que possam auxiliar na investigação.

### ***Observações:***

- Para a ocorrência do crime não é necessário que o autor cumpra o que disse, basta que ele tenha intenção de causar medo e que a vítima se sinta amedrontada.
- O crime é caracterizado mesmo que a ameaça seja dita a um terceiro que não a vítima. Ex: paciente diz ao enfermeiro que irá matar o médico se o seu familiar internado falecer.
- O fato de o paciente/acompanhante afirmar que “irá processar” ou “fazer uma ouvidoria” contra funcionário não caracteriza o crime de ameaça.

\* Este crime pode ser registrado pela delegacia eletrônica.





(Artigo 147-A do Código Penal)

### **Conceito jurídico:**

Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.

Trata-se do ato de seguir ou acompanhar uma pessoa, de maneira reiterada ou constante, com ameaças à sua integridade física ou psicológica, causando constrangimentos e intimidações que resultem em restrição ou perturbação de sua liberdade ou privacidade. Exemplo: um paciente se apaixona por uma enfermeira durante o atendimento, e então passa a ligar reiteradas vezes para o hospital na tentativa de fazer contato; vem ao hospital sem apresentar sintomas clínicos, etc.

Muitas vezes, as perseguições que caracterizam o stalking não se traduzem em palavras, mas se tornam ameaçadoras por gestos e por atitudes ostensivas que provocam na vítima um estado de ansiedade ou temor. É uma espécie de violência psicológica que degrada o estado emocional da vítima, inferioriza-a por meio do controle de suas ações e da imposição do medo.

Vale ressaltar, no entanto, que atualmente é extremamente comum a prática de perseguição pelos meios digitais. É o que os autores chamam de cyberstalking. Na internet, formas comuns de cyberstalking são deixar comentários em excesso por e-mail, nos serviços de mensagens como WhatsApp e redes sociais da vítima, geralmente com teor obsessivo ou intimidatório.

### **O que fazer?**

- Acionar os vigilantes/seguranças do HCFAMEMA e informar as características físicas do autor;
- Acionar a Polícia Militar (190) caso o autor esteja nas dependências do hospital;
- Registrar os fatos através de áudio ou vídeo, se for possível;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado os fatos, se houver;
- Realizar o registro de ocorrência via BOPM ou na CPJ.

### **E se o autor fugir?**

- Identificar o autor através do prontuário médico ou outro documento;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado os fatos, se houver;
- Realizar o registro da ocorrência na CPJ;
- Solicitar ao setor competente, através da chefia imediata, imagens do circuito de monitoramento que possam auxiliar na investigação.

### **Observações:**

- Esse crime apenas se configura com a prática reiterada de condutas, ou seja, um único ato de “stalking” não configura o crime.



**(Artigo 2º-A da Lei 7.716/1989)**

### ***Conceito jurídico:***

Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional.

Comete o crime de injúria racial aquele que, na intenção de ofender a determinada pessoa, profere palavras ou frases preconceituosas relacionadas à sua cor, raça, etnia ou origem.

### ***O que fazer?***

- Acionar a Polícia Militar (190) caso o autor esteja nas dependências do hospital;
- Registrar o fato através de áudio ou vídeo, se for possível;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado a ofensa, se houver;
- Realizar o registro de ocorrência via BOPM ou na CPJ.

### ***E se o autor fugir?***

- Identificar o autor através do prontuário médico;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado os fatos, se houver;
- Registrar o ocorrido em prontuário médico (paciente ou acompanhante);
- Realizar o registro da ocorrência na CPJ;
- Solicitar ao setor competente, através da chefia imediata, imagens do circuito de monitoramento que possam auxiliar na investigação.

### ***Observações:***

- O crime de injúria racial é extremamente grave, sendo equiparado ao racismo. A legislação brasileira prevê que esse tipo de crime é inafiançável e imprescritível.

- Condutas homofóbicas e transfóbicas também podem ser enquadradas neste crime.

\* Este crime pode ser registrado pela delegacia eletrônica.



*(Artigo 331 do Código Penal)*

### **Conceito jurídico:**

Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.

O crime consiste em ofender, humilhar ou menosprezar funcionário público no exercício da função ou em razão dela, atentando contra o respeito e o prestígio da Administração. Exemplos comuns são xingamentos ou palavras de desprezo dirigidas a funcionários da saúde durante atendimento.

### **O que fazer?**

- Acionar os vigilantes/seguranças do HCFAMEMA para evitar que o caso não evolua para uma situação mais grave (agressões e ameaças);
- Registrar o fato através de áudio ou vídeo, se for possível;
- Acionar a Polícia Militar (190) caso o autor esteja nas dependências do hospital;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado o fato, se houver;
- Realizar o registro de ocorrência via BOPM ou na CPJ.

### **E se o autor fugir?**

- Identificar o autor através do prontuário médico;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado a ofensa, se houver;
- Registrar o fato através de áudio ou vídeo, se for possível;
- Realizar o registro da ocorrência na CPJ;
- Solicitar ao setor competente, através da chefia imediata, imagens do circuito de monitoramento que possam auxiliar na investigação.

### **Observações:**

Os trabalhadores vinculados ao HCFAMEMA, FUMES ou FAMAR são considerados funcionários públicos para fins penais, logo, podem ser vítimas do crime de desacato.





**(Artigo 155 do Código Penal)**

### **Conceito jurídico:**

Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

É o ato de subtrair um ou mais objetos de forma discreta, ou seja, sem violência ou confronto direto com o dono.

### **O que fazer?**

- Acionar os vigilantes/seguranças do HCFAMEMA para contenção do suspeito;
- Acionar a Polícia Militar (190);
- Identificar testemunhas que tenham presenciado os fatos, se houver.

### **E se o autor fugir?**

- Identificar o autor através do prontuário médico;
- Acionar a Polícia Militar (190);
- Informar à Polícia Militar:
  - Qualificação do suspeito (nome, documentos pessoais, endereço);
  - Características do suspeito (vestimentas, marcas visíveis (tatuagem, cicatriz), altura aproximada;
  - O objeto furtado;
  - Qual a qualificação da vítima (nome, endereço, telefone);
- Identificar testemunhas que tenham presenciado os fatos, se houver;
- Realizar o registro da ocorrência na CPJ;
- Solicitar ao setor competente, através da chefia imediata, imagens do circuito de monitoramento que possam auxiliar na investigação.

### **Observações:**

- Em nenhuma hipótese deve haver a busca pessoal ("revista"). A equipe de segurança/vigilância deve apenas conter o suspeito até a chegada da Polícia Militar.





*(Artigo 163 do Código Penal)*

### ***Conceito jurídico:***

Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.

Exemplo: paciente destrói equipamentos da sala durante consulta médica.

### ***O que fazer?***

- Acionar os vigilantes/seguranças do HCFAMEMA para contenção do suspeito;
- Acionar a Polícia Militar (190);
- Identificar testemunhas que tenham presenciado os fatos, se houver.

### ***E se o autor fugir?***

- Identificar o autor através do prontuário médico;
- Acionar a Polícia Militar (190);
- Informar à Polícia Militar:
  - Qualificação do suspeito (nome, documentos pessoais, endereço);
  - Características do suspeito (vestimentas, marcas visíveis (tatuagem, cicatriz), altura aproximada;
  - Quais objetos foram danificados;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado os fatos, se houver;
- Registrar o ocorrido em prontuário médico (paciente ou acompanhante);
- Realizar o registro da ocorrência na CPJ;
- Solicitar ao setor competente, através da chefia imediata, imagens do circuito de monitoramento que possam auxiliar na investigação.



# Importunação Sexual

(Artigo 215-A do Código Penal)

## **Conceito jurídico:**

Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.

É qualquer ato de natureza sexual que ocorra sem o consentimento da vítima. Ex: toques indesejados, exposição de partes íntimas, comentários sexuais explícitos.

## **O que fazer?**

- Registrar os fatos através de áudio ou vídeo, se for possível;
- Acionar os vigilantes/seguranças do HCFAMEMA para contenção do suspeito;
- Acionar a Polícia Militar (190);
- Identificar testemunhas que tenham presenciado os fatos, se houver;

## **E se o autor fugir?**

- Identificar o autor através do prontuário médico;
- Acionar a Polícia Militar (190);
- Informar à Polícia Militar:
  - Qualificação do suspeito (nome, documentos pessoais, endereço);
  - Características do suspeito (vestimentas, marcas visíveis (tatuagem, cicatriz), altura aproximada);
- Identificar testemunhas que tenham presenciado os fatos, se houver;
- Registrar o ocorrido em prontuário médico (paciente ou acompanhante);
- Realizar o registro da ocorrência na CPJ;
- Solicitar ao setor competente, através da chefia imediata, imagens do circuito de monitoramento que possam auxiliar na investigação.



# Assédio Sexual

(Artigo 216-A do Código Penal)

## **Conceito jurídico:**

Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

É a insistência inoportuna de alguém em posição privilegiada, que usa dessa vantagem para obter favores sexuais de um subalterno. Ex: diretor envia bilhetes inconvenientes com conteúdo sexual para a secretária.

Exemplos de condutas que podem ser classificadas como assédio sexual:

- Insinuações, explícitas ou veladas, de caráter sexual;
- Gestos ou palavras, escritas ou faladas, de duplo sentido, que constranjam sexualmente outra pessoa;
- Conversas indesejadas, impertinentes e ofensivas de conteúdo sexual;
- Narração de piadas ou uso de expressões impertinentes de conteúdo sexual que ofendam a dignidade;
- Contato físico, de forma não razoável, que tenha contexto sexual;
- Convites impertinentes e desarrazoados;
- Solicitações de favores sexuais, entre outros.

## **O que fazer?**

- Registrar os fatos através de áudio ou vídeo, se for possível;
- Identificar testemunhas que tenham presenciado os fatos, se houver;
- Solicitar ao setor competente, através da chefia imediata, imagens do circuito de monitoramento que possam auxiliar na investigação.

## **Orientações Gerais**

-O registro das ocorrências em prontuário deve ocorrer de maneira detalhada, evitando-se reducionismos. Quanto maior o detalhamento realizado no prontuário do paciente, mais fácil será a compreensão das autoridades acerca da dinâmica dos fatos, facilitando a avaliação do caso.

- Ao perceber uma situação de risco (ex: ameaça, agressão), o funcionário pode renunciar ao atendimento do paciente. Neste caso, deve comunicá-lo previamente ou a seu representante legal e, em seguida, fornecer todas as informações necessárias ao funcionário que o suceder.

-A Presidência do HCFAMEMA disponibiliza assessoria jurídica em plantão permanente e ininterrupto (24 horas) aos funcionários. Logo, caso haja uma situação que demande orientação jurídica específica, ainda que não enquadrada nos casos previstos neste documento, o funcionário deve levar o fato ao conhecimento de sua chefia imediata, que acionará o serviço jurídico para acompanhamento do caso.



### **Mais informações:**

Coordenadoria de Auditoria

### **E-mail**

[auditoria@hcfamema.sp.gov.br](mailto:auditoria@hcfamema.sp.gov.br)

### **Contato:**

14 3434 2525 - Ramal 2175

### **Endereço:**

Rua Doutor Reinaldo Machado, 255 - Fragata - Marília - SP